

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
- CDEIC
(AUDIÊNCIA PÚBLICA)**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2003
(Do Sr. Deputado Fernando de Fabinho)**

Solicita realização de Audiência Pública com o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci; o Presidente da Associação Brasileira da Infra-estrutura e das Indústrias de Base (Abdib), José Augusto Marques e o Diretor do Centro Brasileiro de Infra-estrutura (CBIE), Adriano Pires para obtenção de esclarecimentos acerca da revisão na forma de cálculo do superávit primário, que exclui do cálculo, alguns investimentos em infra-estrutura.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja convidado a comparecer a este órgão, em audiência pública, o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci; o Presidente da Associação Brasileira da Infra-estrutura e das Indústrias de Base (Abdib), José Augusto Marques e o Diretor do Centro Brasileiro de Infra-estrutura (CBIE), Adriano Pires para obtenção de esclarecimentos acerca da revisão na forma de cálculo do superávit primário, que exclui do cálculo, alguns investimentos em infra-estrutura.

JUSTIFICAÇÃO

É preciso esclarecer à quais serão os efeitos que a medida tomada pelo FMI, na adoção da nova fórmula de cálculo do superávit primário.

Economistas, afirmam que o governo pode não ter a capacidade de aumentar as despesas sem piorar a relação dívida/Produto Interno Bruto(PIB). O Economista-chefe do ABN Amro Bank, Mário Mesquita, afirma que o Brasil deverá implantar esse sistema de cálculo com muita cautela, “o que importa para o mercado é a relação dívida/PIB, que ela comece a cair e o perfil da dívida melhore”.

O Economista Luiz Carlos Costa Rêgo, acrescenta que “as despesas irão aumentar com a nova medida. Para ele o que importa é a capacidade do Brasil de pagar a dívida. Com o aumento da despesa, sem aumento da receita, vai sobrar menos para pagar os juros da dívida e o mercado vai receber mal a notícia”.

Na análise do Diretor do Centro Brasileiro de Infra-estrutura (CBIE), Adriano Pires, “abrir mão da disciplina fiscal é fatal para um País endividado como o Brasil”. Segundo, o Diretor “se o Estado pensa que pode, sozinho, assumir os investimentos em infra-estrutura, está enganado. Vai levar a economia ao colapso e à inflação”.

Para o Presidente da Associação Brasileira da Infra-estrutura e das Indústrias de Base (Abdib), José Augusto Marques a medida adotada pelo FMI será positiva, já que os investimentos públicos em infra-estrutura vêm caindo.

Os investimentos em infra-estrutura e indústrias de base caíram 53,8% no ano passado, em relação a 2002, ficando em US\$ 6,6 bilhões. Este é o menor valor desde o ano 2000, segundo a Addib.

Ante, o exposto requiero o apoio dos nobres pares nesta Comissão, por julgar que há riscos para o País na adoção da Medida, que devem ser esclarecidos a esta Douta Comissão, e através dela à Casa e à população brasileira.

Esclareço, por oportuno, que não incluo entre os convidados, os economistas citados na justificção, vez que, há nesta Douta Comissão diversos economistas renomados.

Sala da Comissão, em ____/____/____

Deputado Fernando de Fabinho (PFL-BA)